

JANELA ÚNICA *Electrónica*

Boletim Informativo

DISP. REG.º Nº 48/GABINFO-DEC/2012

DIRECÇÃO: Cacilda Z. Chicalia

FEVEREIRO/2012



50º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS ALFÂNDEGAS

Celebrou-se, a 26 de Janeiro último, o Dia Internacional das Alfândegas, cujas cerimónias centrais tiveram lugar na cidade de Xai-Xai, província de Gaza, sob o lema “As Fronteiras dividem, as Alfândegas unem”.

De entre as várias actividades realizadas na cidade de Xai-Xai, se incluem palestras sobre a JUE durante as quais o Director-Geral das Alfândegas, Domingos Tivane, anunciou a entrada em funcionamento da Janela Única Electrónica (JUE).

Em Maputo, ainda no âmbito das comemorações, foram distinguidos com certificados de mérito diversas empresas, operadores aduaneiros e funcionários das Alfândegas que mais se destacaram no desempenho das suas funções e ainda no relacionamento com as Alfândegas de Moçambique.

À margem da efeméride, o Director-Geral Adjunto das Alfândegas, Miguel Nhane, deu a conhecer que o plano de implementação da figura de Operador Económico Autorizado, pela Autoridade Tributária de Moçambique (AT), encontra-se numa fase avançada, tendo já sido realizado o projecto piloto na Terminal Internacional Marítima (TIMAR) no Porto de Maputo, por um período de seis meses.

O Operador Económico Autorizado é a pessoa jurídica que, no âmbito da sua actividade pro-

Continua na pág.2



RESUMO DA II REUNIÃO DO FÓRUM DA JANELA ÚNICA ELECTRÓNICA

Teve lugar a 28 de Fevereiro de 2012, numa das salas de conferências do Hotel VIP, em Maputo, a II Reunião do Fórum da Janela Única Electrónica (JUE) com os seguintes pontos de agenda:

Apresentação do estágio da implementação da JUE, briefing sobre o novo regulamento de desembaraço (Diploma Ministerial 16/2012, de 01 de Fevereiro) e debate sobre o início da obrigatoriedade da JUE na TIMAR, com enfoque para a submissão electrónica de manifestos.

Em notas prévias, o Director Geral das Alfândegas, Domingos Tivane, disse que a reforma das Alfândegas data de há muitos anos. Indicou que não existem reformas fáceis nem baratas, pois toda a reforma é dura e dói, particularmente quando se trata da área de operações aduaneiras.

Acrescentou que, agora, se está diante duma outra fase, que é a da JUE, que também não é fácil e nem todos gostam, porque se está habituado a uma forma de actuação, mas que há a

necessidade de mudar para outra filosofia.

A abertura oficial do encontro coube ao Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Rosário Fernandes. Na sua alocução o Presidente da AT referiu que o Fórum da Janela Única Electrónica constitui um espaço privilegiado de interacção inter-institucional e de divulgação do estágio de implementação do sistema, envolvendo diferentes actores e *stakeholders* do comércio internacional.

Acrescentou que o ritmo do crescimento médio anual face ao Produto Interno Bruto (PIB) dos impostos sobre os bens e serviços situa-se ainda em 8,6 por cento, contra mais de 14 por cento dos impostos sobre o rendimento, o que obriga a que a Janela Única Electrónica gere um efeito multiplicador de rápido impacto sobre a carteira fiscal e orçamental.

APRESENTAÇÃO DO ESTÁGIO DA JUE

Depois da abertura, Romano Manhique fez a apresentação sobre o estágio da implementa-

Continua na pág.4





LANÇADO SERVIÇO OMNIS

No âmbito das comemorações do Dia Mundial das Alfândegas, a SGS lançou, no mercado nacional, um novo produto denominado OMNIS. Trata-se da mais avançada solução tecnológica de rastreio de mercadorias de sempre.

Na ocasião, Philippe Isler, Gestor de Soluções Egov da SGS, afirmou que "Moçambique, hoje, com a implementação da JUE está a caminhar para a linha da frente de todas as operações da Janela Única no continen-

te e não restam dúvidas que, nos próximos 12 meses, Moçambique estará a usufruir do sistema da Janela Única Electrónica mais avançado do continente e, ao combinar com uma solução como a OMNIS e torná-la compatível e integrada ao sistema da Janela Única, estaremos a aumentar a eficácia da cadeia de fornecimento".

De referir que a OMNIS fará a cadeia de fornecimento de mercadorias, de forma mais transparente e irá garantir a segurança do

comércio internacional. As rotas de comércio dos utentes, com a introdução da OMNIS, vão se tornar mais atraentes para os transportadores, assim como para os seus parceiros comerciais, pois este serviço vai eliminar os custos de escolta de mercadorias dentro das fronteiras nacionais do País, sendo que garante um serviço de ponto a ponto.

Parceiro da tecnologia SAVI, a SGS é líder mundial em Inspeção, Verificação, Testagem e Certificação.

50º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS ALFÂNDEGAS

Continuado da pág.1

fissional e após avaliação do cumprimento dos critérios estabelecidos pela Administração Aduaneira, é considerado um operador fiável e de confiança, podendo beneficiar de vantagens adicionais no processo de desembaraço aduaneiro, no âmbito da sua actividade como importador e/ou exportador.

Dirigindo-se aos funcionários da AT, agentes económicos e operadores aduaneiros, Miguel Nhane referiu que "os actuais projectos levados a cabo pelas Alfândegas de Moçambique se enquadram perfeitamente no lema proposto pela Organização Mundial das Alfândegas (OMA), pois a Autoridade



Tributária de Moçambique definiu o quadro de pilares que a orientam para o alcance da modernização, profissionalismo, produtividade e competitividade na execução das suas actividades".

Com efeito, conforme acrescentou, a AT já está a modernizar os seus serviços, estando já a decorrer, na sua fase piloto, o sistema da Janela Única Electrónica no Porto de Maputo - cujo estágio do projecto foi apresentado na ocasião pela equipa de implementação - e a Fronteira de Paragem Única no posto fronteiriço de Ressano-Garcia, também em Maputo.

Relativamente à implementação da figura do Operador Económico Autorizado, Miguel Nhane referiu ainda que "já foi feita a concertação com o sector privado, para a produção de um modelo do formulário de adesão, foi igualmente elaborada a proposta do diploma ministerial para regulamentar o Operador Económico Autorizado, carecendo apenas da aprovação, para se iniciar a implementação do canal azul da Janela Única Electrónica".

FICHA TÉCNICA

direcção: Cacilda Z. Chicalia • Edição e informação geral: FDS-Fim de Semana

Layout e arranjo gráfico: FDS-Fim de Semana • DISP. REG.º Nº 48/GABINFO-DEC/2012



BEIRA E NACALA PREPARAM-SE PARA JUE

A equipe de implementação da JUE está a desenvolver, a ritmo acelerado, diversas actividades nas áreas de infra-estruturas e disseminação dos sistemas junto da comunidade de operadores do comércio externo do Porto da Beira, incluindo funcionários das Alfândegas afectos à Direcção Regional Centro.

Com efeito, no dia 16 de Fevereiro último, a equipa da JUE reuniu-se com diversos opera-

dores portuários, funcionários das Alfândegas e despachantes aduaneiros que operam no Porto da Beira para se prepararem para a introdução das novas tecnologias de desembaraço de mercadorias, sendo a componente de formação, a principal estratégia para o sucesso da implementação do sistema.

Portanto, o Centro de Formação, destinado à comunidade de operadores aduaneiros que lidam com desembaraço de mercadorias

na província de Sofala, encontra-se na sua fase final de apetrechamento, quer seja em termos de equipamento informático, assim como no estabelecimento de comunicações e sistemas de redundância para a introdução do sistema.

Segundo o cronograma de actividades fixado pela equipe de implementação da JUE, as sessões de formação dos diferentes módulos terão início em finais do mês de Março.



Continuado da pág.1

ção da JUE, precedido pela exibição do respectivo vídeo.

Manhique começou por referir que iriam considerar as recomendações dadas pelo Presidente da AT e pelo Director-Geral das Alfândegas, fazendo do fórum um canteiro de sugestões e opiniões que possam contribuir para a melhoria do projecto da JUE.

Segundo disse, o projecto da JUE está praticamente solidificado na TIMAR, no Porto de Maputo, como instância piloto, e neste momento decorrem preparativos para a implementação nos portos da Beira e Nacala. Adiantou ser necessário reflectir sobre como desenvolver o projecto nestes portos, por serem sérios e com uma forte ligação com os países vizinhos. Com efeito, na Beira, já foi feita a reabilitação das instalações onde vai funcionar a equipa de implementação, estando em curso a instalação de comunicações.

Quanto à Nacala, Romano Manhique referiu já ter sido feito o levantamento das necessidades para a instalação de equipamentos para a configuração da rede de dados e energia. A ideia é que não leve o mesmo tempo que levou a implementação do projecto em Maputo. Na Beira e Nacala, tem que ser mais rápido, pois a experiência de Maputo motiva muito.

Relativamente à Tete, explicou que devido aos grandes investimentos em curso, sobretudo na área mineira, estão a correr muitos despachos, resultando em montões de documentos. A melhor maneira de ultrapassar essa situação é instalar o mais rápido possível a JUE naquela província, para flexibilizar o negócio.

NOVO REGULAMENTO DE DESEMBARAÇÃO

Seguiu-se a explanação de Félix Massangaie, relativa ao novo regulamento de desembaraço e ainda sobre a disseminação da JUE. Massangaie explicou que têm sido realizados encontros comerciais, principalmente nas zonas de Tete e Nacala, onde se regista um assinalável crescimento económico.

Voltando às questões legais, disse que pretende-se com a JUE reduzir o tempo de desembaraço, reduzir a repetição na colecta da mesma informação e introduzir o novo formato de declaração aduaneira.

Salientou que, com a JUE, passou-se, numa

primeira fase de 44 caixas para 35, existindo ainda a possibilidade de reduzir ainda mais. Entrou-se agora na fase dois que consiste na troca de informações entre instituições envolvidas no desembaraço aduaneiro.

Consequentemente, mexeu-se na legislação, sendo que o Diploma Ministerial 16/2012 de 01 de Fevereiro incorpora a obrigatoriedade da submissão electrónica da declaração, a partir do momento em que os manifestos são submetidos.

Falou, igualmente, da introdução do certificado de inspecção e dos mecanismos electrónicos de segurança para o controlo da mercadoria.

Segundo Massangaie, existia no diploma anterior um vazio sobre o controlo aduaneiro de mercadorias manuseadas através de cabos

passo no sistema da JUE, para dar arranque ao processo de desembaraço.

Apontou que uma das grandes dificuldades é, efectivamente, ter-se a colaboração dos agentes de navegação para submeterem o manifesto electronicamente.

O modelo de manifesto de carga da JUE contempla, a submissão do aviso de chegada, ou seja, os agentes de navegação podem através do portal da JUE informar aos seus clientes que os seus navios vão chegar numa determinada data e que trazem uma determinada mercadoria, a informação que é disseminada automaticamente para todos os envolvidos no processo de desembaraço. A confirmação de chegada da mercadoria é extremamente importante no que respeita ao controlo dos prazos de desembaraço de



ou tubagem, que vão ser controlados a partir do local de produção ou recepção.

Está em curso a revisão de alguns diplomas com o intuito de se introduzir o regulamento do Estatuto do Operador Económico Autorizado, o regulamento do regime de trânsito de mercadorias e dos terminais.

Massangaie terminou a sua apresentação, revelando ainda que tem se constatado com a implementação da JUE a necessidade da obrigação de indicação do valor do frete.

SUBMISSÃO ELECTRÓNICA DE MANIFESTO

Cacilda Chicalia debruçou-se sobre a submissão electrónica do manifesto, tendo começado por dizer que se trata do primeiro

mercadoria - 25 dias. O módulo inclui igualmente funcionalidades de pedido de cancelamento do conhecimento do embarque, entre outras funcionalidades.

Entretanto, segundo Chicalia, a avaliar pelos dados do Centro de Formação foram já cobertos 90 por cento dos agentes de navegação e transitários em termos de formação para usar a JUE. Infelizmente, somente dois ou três agentes de navegação têm estado a usar a JUE, o que não traz, de nenhuma maneira, um bom resultado nos testes em curso, pois a submissão do manifesto de carga constitui o primeiro passo, sem o qual os outros subsequentes não têm lugar.

Continua na pág.5

Continuado da pág.4

Na sua intervenção, enalteceu ainda a colaboração prestada pelos despachantes aduaneiros e os bancos, lamentando, entretanto, a atitude dos agentes de navegação.

SESSÃO DE DEBATE

Já na sessão de debate, Faruk Assubuje, da ANSATROP, disse que a maior parte dos seus membros reportou que estava ainda a trocar mensagens sobre testes com a MCNet, existindo algumas agências que já têm o módulo da transmissão de manifesto pronto e outras que ainda estão em processo de conclusão junto de programadores dos seus aplicativos.

Por seu turno, Gama Afonso, da Câmara dos Despachantes, disse que o que está a acontecer agora é que existem diversas modalidades de elaborar os manifestos, mas que a regra é que eles devem conter toda a informação. Sugeriu que a não apresentação dos manifestos electronicamente pelos agentes de navegação, devia ser solucionada através de penalizações impostas pelo Estado. Caracterizou ainda os agentes de navegação como o maior impedimento na JUE.

Reagindo, Miralda Matola, representante da Agência de Navegação Iponto Micina, disse que pretende colaborar com a JUE, mas ainda não tem condições para tal, por ainda ter diversos formatos de documentos (EDI) usados para submeter os manifestos. Acrescentou que o formato usado pela sua agência não é compatível com o sistema da JUE.

Pelo mesmo diapasão, alinhou Marcelino Júnior, da MSC, referindo que a primeira vez que recebeu uma mensagem da MCNet a pedir o formato do manifesto foi no dia 23 e que dia seguinte foi-lhe fornecido, embora ainda não tenham recebido o retorno.

Já o representante da CNASGM, Fernando Mahumane, explicou que esta agência enfrentou algumas dificuldades em relação ao envio do manifesto, pois apresentou dois formatos, nomeadamente D93 e D95. Na sua opinião, houve um erro de comunicação, uma vez que lhes disseram que um deles era compatível, mas depois de processado não funcionou. Acrescentou que agora tem que elaborar um novo formato e que isso levará o seu devido tempo.



Esclarecendo algumas das questões levantadas, Guilherme Mambo, gestor da equipa de implementação da JUE, explicou que a fase de testes dos manifestos iniciou no ano passado. Referiu que foram feitas visitas aos agentes de navegação, assim como foram feitos contactos com os mesmos. Neste processo, houve grande colaboração por parte de dois agentes, designadamente a Manica e a Marsk. Constatou-se, daí, que havia dois sistemas de manifestos usados no geral, o D95A e D93B, utilizados quase em toda a zona da SADC. Estes formatos foram ajustados à JUE, sem problemas.

Mambo convidou a todos os agentes a contactarem a MCNet para juntos trabalharem para que não se registem constrangimentos, quando chegar a altura da obrigatoriedade do uso do sistema.

Por seu turno, o Director-Geral das Alfândegas questionou porque razão tinha sido agendada a questão da submissão electrónica do manifesto, uma vez se ter constatado não haver recusa por parte dos agentes em fazê-lo, ao que Mambo retorquiu explicando existirem problemas, pois, a capacidade da Janela Única Electrónica não estava a ser usada na sua plenitude, dado que alguns agentes ainda faziam cópias de documentos de 500 páginas e entregavam às Alfândegas, quando podiam submeter o manifesto electronicamente.

Depois, Dixon Chongo, da DC Associados Lda, levantou a questão de investigação e inteligência, pois esses departamentos têm sido morosos, levando seis a doze horas para responder às solicitações.

O segundo ponto levantado por Dixon relaciona-se com o envolvimento dos Bancos na JUE, uma vez que apenas um Banco aderiu ao sistema até à data.

Gama Afonso voltou a usar da palavra para dizer que parecia que a investigação na JUE

tinha menos funcionários envolvidos, o que explicava a demora. Quanto aos Bancos, Gama disse que, para os utentes da JUE, o Banco é uma caixa de receber o dinheiro para fazer andar o processo e não se pode ficar à espera da compensação.

Por sua vez, Kekobad Patel, da CTA, disse ter constatado dois aspectos a demarcar: o funcionamento da JUE e a necessidade de alterar determinada legislação em vigor que obriga a uma reverificação. Indicou ser necessário analisar e actualizar toda a legislação que tem a ver com o manifesto de carga, para acomodar todos os aspectos mencionados.

Respondendo uma vez mais às questões levantadas, Guilherme Mambo disse que o aspecto relativo ao envolvimento de outros Bancos na JUE poderá ser abordado nos próximos fóruns, realçando que nessa altura provavelmente terão aderido à JUE mais bancos. No que toca ao cadastramento dos ajudantes, Mambo explicou existir uma ordem de serviços das Alfândegas que autoriza o cadastramento dos ajudantes para efeitos de criação de rascunho de despacho.

Nigel Gregory, Director-Geral da MCNet, referiu que a JUE fornece uma plataforma para que todos os envolvidos no processo de importação e exportação possam trabalhar. Acrescentou que a JUE não é uma caixa mágica, razão pela qual estavam reunidas no encontro todas as partes envolvidas no processo, o que significa que todos têm as suas responsabilidades no mesmo.

Posto isto, o Director-Geral do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional da Autoridade Tributária, procedeu ao encerramento da II Reunião do Fórum da JUE, apelando à necessidade da MCNet e os demais intervenientes da JUE se comunicarem numa base permanente, para que o projecto seja um sucesso.